

Orçamento monetário segura banco oficial

SÃO PAULO — Os recursos da linha de financiamento especial de Cz\$ 500 bilhões aos bancos estaduais serão provenientes do Orçamento Monetário para 1989, proposto todo final de ano pelo Banco Central e encaminhado ao Ministério da Fazenda, que o apresenta ao Conselho Monetário Nacional (CMN), para posterior aprovação pelo Senado Federal.

O prazo máximo para utilização da linha, por instituição, é de 90 dias, mas pode ser tomada por um dia. O limite máximo para cada instituição em dificuldades para zerar o caixa no final do dia será equivalente ao patrimônio imobilizado do banco oficial com problemas ou pela concessão de direitos de crédito. Nenhuma parcela dos recursos poderá ser utilizada pelo Banco do Estado de Alagoas, o Produban, já que a instituição está em estado de liquidação extrajudicial, segundo explicou ontem o diretor da Área Bancária do Banco Central, Wadico Waldir Bucchi.

“Nós nem sabemos se a linha será utilizada”, afirmou Bucchi. “O que nós quisemos, com a sua criação, foi trazer segurança ao mercado, pois a ninguém interessa instituições frágeis”. Bucchi não descartou, porém, a utilização da linhas nas próximas semanas, mas garantiu que o mercado já demonstrou tranquilidade depois do anúncio da medida. “O mais importante é que o governo do estado que captar recursos dessa linha terá de apresentar um programa de amortização de suas dívidas com seus bancos estaduais”, afirmou Bucchi.

Condições — Passados os momentos mais dramáticos que envolveram a decisão de se criar a linha de financiamento aos bancos estaduais, o governo começa a avaliar a real dimensão da providência, que reviveu os tempos em que as autoridades econômicas despejavam rios de dinheiro oficial para tentar salvar instituições financeiras. Em defesa da medida, que envolve tanto custos financeiros quanto políticos, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, garante que o desembolso dos Cz\$ 500 bilhões não afeta “necessariamente” o esforço de eliminação do déficit público em 1989.

De acordo com nota divulgada ontem pelo BC, a utilização da linha de financiamento estará condicionada às seguintes providências: amortização das dívidas dos governos estaduais junto a seus respectivos bancos; capitalização dos bancos estaduais; apresentação de garantias reais, representa-

das por penhor de créditos ou hipotecas. A criação da linha de financiamento especial aos bancos estaduais com problemas, porém, não significa a suspensão da liquidação do Produban, medida que desencadeou a crise em cadeia no sistema dos bancos estaduais de desenvolvimento. O governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, aguarda desde sexta-feira a transformação da liquidação do Produban em intervenção, mas o ministro Mailson da Nóbrega garante que a revogação da liquidação do banco ainda não está decidida.

O ministro Mailson da Nóbrega só concordou com a criação da linha de crédito especial após prolongado debate no governo, em que tentou resistir à liberação de recursos oficiais para socorro dos bancos estaduais que ficaram em dramática situação após a liquidação do Produban, por possuírem elevada quantidade de papéis do banco alagoano. Os governadores, secretários da Fazenda e políticos de diversos Estados que pressionaram o governo para obtenção da ajuda argumentam que os bancos se viram de repente numa posição a descoberto justamente por causa da decisão do governo de fechar o Produban, que antes havia sido desmentida pelo próprio ministro Mailson da Nóbrega.

Balanço — Apesar de ter perdido a guerra pela liberação dos recursos, Mailson conseguiu impor condições para a concessão do dinheiro. As principais condições são o condicionamento dos empréstimos à capitalização dos bancos e à garantia de que não aumentarão seu passivo. Como garantia a concessão desses empréstimos, o governo federal irá exigir os chamados “créditos sadios” dos bancos estaduais, ou seja, os recursos que essas instituições têm aplicado em empresas estatais de grande porte, como Itaipu e Eletrobrás. Além disso, segundo o ministro da Fazenda, não há intenção do governo de empregar todos os Cz\$ 500 bilhões na ajuda aos bancos estaduais em dificuldades, mas apenas o valor necessário para dar respaldo aos correntistas e corretores.

A visão de que os bancos estaduais vivem em situação próxima à insolvência não é, contudo, consensual no mercado financeiro. O diretor executivo da Associação Brasileira dos Bancos Estaduais Comerciais (Asbace), Juarez Cançado, faz de todo o desenrolar do caso Produban um balanço positivo: “Os bancos estaduais estão sólidos. Só havia um em situação difícil, o do Nordeste.”